



Camex zera imposto de importação para 628 máquinas industriais

Governo regulamentará Lei Paulo Gustavo na próxima quinta-feira

Página 6

Prefeitura regulamenta funcionamento de Dark Kitchens na capital

Página 2

Pediatras alertam para aumento de desafios perigosos na internet

Divulgados e ampliados com rapidez por meio de imagens, vídeos ou jogos online e em diferentes plataformas, os chamados desafios promovidos via internet podem causar risco à vida, à integridade física e psicológica e, em alguns casos, fatalidades ou danos irreversíveis a crianças e adolescentes. O alerta é da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

A proposta de desafios perigosos nas redes, como a própria entidade os intitula, é estimular a prática de comportamentos de risco e autoagressivos, muitas vezes sob a falsa impressão de atitude inofensiva ou até mesmo de brincadeira. Para os pediatras, como a maioria desses desafios convida à agressão física ou psíquica, eles devem ser considerados violência e crime.

A SBP cita pesquisas observacionais da internet realizadas nos Estados Unidos, na França e no Brasil que descreveram mais de 100 maneiras de nomear esses desafios. Os padrões de comportamento de risco mais frequentemente identificados entre os adolescentes são: práticas de sufocamento, asfixia ou apneia; práticas de autoagressão ou heteroagressão; e ações como o uso de pílulas mágicas com teor desconhecido de pó branco ou colorido, jantares com detergentes como bebidas e pastilhas de sabão como refeição, engolir chips e bolinhas magnéticas e dangerous selfies, dentre outras.

Entre as recomendações da entidade para evitar fatalidades entre crianças e adolescentes está a atualização da comunidade médica, especialmente dos pediatras, para que possam orientar, durante as consultas, sobre prevenção dos riscos e segurança online.

A entidade ressalta que os pais são responsáveis legais e morais pelos cuidados dos filhos e que precisam estar presentes na supervisão das atividades deles nas redes digitais, com regras claras na convivência diária sobre segurança, privacidade, bloqueio de mensagens inapropriadas, violentas ou discriminatórias, que possam causar danos físicos ou mentais, e com a orientação para a não prática de desafios.

“Em uma sociedade em que a força do corpo e do poder faz parte da cultura, assim como testar os próprios limites como prova de coragem sem medir as consequências do perigo reflete uma atitude peculiar na adolescência, precisamos estar mais alertas na análise dos ‘desafios perigosos’ e das consequências dos ‘jogos mortais’.” (Agência Brasil)

Definição da taxa de juros requer paciência e serenidade, afirma Copom



Foto: Marcello Casal Jr/ABR

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) afirmou que a condução da política monetária - de definição dos juros básicos da economia para segurar a inflação - pede “paciência e serenidade”. Mais uma vez, o órgão reforçou a possibilidade de aumentar a taxa Selic, “apesar de ser um cenário menos provável”.

Para o Copom, a aprovação do arcabouço fiscal pode ajudar no equilíbrio das contas públicas, que impactam nas expectativas de inflação. Página 3

Fiocruz propõe medidas para evitar uso irregular de fentanil

Página 4

Missão vai a NY com carteira de projetos de R\$ 180 bilhões para investidores

O Governo de São Paulo embarcou na terça-feira (9) em missão a Nova York para apresentar a carteira estadual de projetos, projetada em R\$ 180 bilhões de investimentos privados em concessões, privatizações e PPPs (Parcerias Público-Privadas). A delegação paulista será liderada pelo governador Tarcísio de Freitas e cumpre uma série de reuniões e agendas bilate-

rais nos Estados Unidos com bancos e fundos investimento entre quarta (10) e sexta (12).

“Vamos a Nova York apresentar o nosso programa de parcerias em investimentos, mostrar aos principais investidores o portfólio que nós temos e que deve mobilizar R\$ 180 bilhões de capital privado para o estado de São Paulo nos próximos anos. Página 2

Esporte

Grande Prêmio Brasil reserva emoções para os fãs do atletismo

Os fãs do esporte e em especial do atletismo não podem perder as emoções do Grande Prêmio Brasil Loterias Caixa, integrante da série bronze do Continental Tour da World Athletics, que será disputado nesta quarta-feira (10), a partir das 10 horas, no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo, com a participação de 130 atletas de 14 países.

A competição, que será aberta com o salto em altura feminino, terá entrada gratuita para o público, com transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil por meio do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), or-

ganizadora do evento, e do Canal Olímpico, do COB. A entrada para o público no Centro Olímpico deverá ser feita pela Rua Pedro de Toledo, 1.651.

Ao todo serão disputadas 20 provas - 10 no feminino e 10 no masculino -, num programa especial, voltado para a transmissão da TV, modelo compacto e agradável. Além disso, a competição soma pontos importantes para o Ranking da World Athletics na corrida para o Campeonato Mundial de Atletismo de Budapeste, na Hungria, que será disputado de 19 a 27 de agosto deste ano.

O velocista Erik Cardoso (SESI-SP), que venceu domingo (7) os 100 m e os 200 m do Torneio Internacional Loterias Cai-



Foto: Wagner Carmo

Lorraine Martins

xa - Grande Prêmio Sul-Americano Adhemar Ferreira da Silva, em Bragança Paulista (SP), será uma das atrações.

No feminino, nas provas de velocidade, novos confrontos entre Vitória Rosa, campeã dos 100 m, e Lorraine Martins, vencedora dos 200 m no domingo. Elas são atletas do Pinheiros e voltarão a correr nesta quarta-feira, disse Lorraine”.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

1000 Milhas Históricas Brasileiras começa com vistoria técnica no Iguatemi São Paulo

Baseado em Águas de Lindóia, estância hidromineral paulista, o rally 1000 Milhas Históricas Brasileiras, que será realizado pelo MG Club do Brasil, de 17 a 21 de maio, reunirá cerca de 30 automóveis clássicos. O mais antigo, um Cadillac Serie 60 Coupe V8 de 1936, e todos os outros poderão ser vistos no boulevard do Iguatemi São Paulo (Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2232), onde serão realizadas vistoria técnica, adesivação dos carros e confraternização inicial, a partir das 16h30 do dia 16 de maio, terça-feira.

Entre o Cadillac e o veículo mais novo, um Mazda MX5 Miata de 1993, o rally levará para as estradas paulistas e mineiras, em que serão disputadas as provas de regularidade, um painel de exemplares de carros importantes na vida dos brasileiros nas últimas décadas, especialmente

para uma Berlineta Willys Interlagos 1966, um Puma GTE 1977 e um Puma GTS 1600 1980. Roteiros - Tradicionalmente, o roteiro do rally 1000 Milhas Históricas Brasileiras mescla provas de regularidade em estradas asfaltadas e atrativos culturais, com paradas em postos de combustíveis e restaurantes que acabam se tornando uma festa para os olhos de quem tem a oportunidade de apreciar uma frota tão especial.

Na quarta-feira, 17, o rally terá os participantes largando um a um na Ecoporada Madero localizada no km 44 da Rodovia Castello Branco, no município de Araçari-guama, na região metropolitana de Sorocaba, a partir das nove horas da manhã, para um percurso que terá visita a uma coleção particular de carros clássicos, almoço no restaurante Rancho da Picanha, em Itú, e terminará no Villa Di Mantova Resort Hotel, base do evento, em

Águas de Lindóia, de onde os carros partirão todos os dias.

O programa da quinta-feira, 18, será especial, com uma prova nas pistas do Circuito Panamericano, o campo de provas da Pirelli, localizada no município de Elias Fausto. Na sexta-feira, 19, o roteiro inclui visita à Vinícola Casa Geraldo, com almoço, mas evidentemente sem degustação de vinho, em Andradás, já no sul de Minas Gerais. No sábado, 20, o dia terá visita à Chamonix, fabricante nacional de carros esporte, e almoço no restaurante La Terraza, em Serra Negra.

Categorias - O rally 1000 Milhas Históricas Brasileiras, o mais importante do MG Club do Brasil, que reúne sócios proprietários de carros de quaisquer marcas, divide-se em quatro categorias: Rally Clássico, apenas com cronômetro de mão, odômetro e velocímetro originais do carro; Rally com APP, com uso de aplicativos no celular,

planilha digital, velocímetros, odômetros e cronômetros; Pro Livre, com uso de qualquer equipamento; e Turismo, para quem quer apenas passear e se familiarizar com o universo do rally de clássicos e para inscritos com carros fabricados a partir de 2000, que não participam da classificação.

Inscrições abertas - Interessados encontram no site do MG Club do Brasil (mgclub.com.br) o link para inscrições pela internet e podem falar com a diretoria esportiva pelo whatsapp (11) 94161-2326.

Apoio - A 1000 Milhas Históricas Brasileiras tem chancela da Federação Internacional de Veículos Antigos (FIVA) e da Federação Brasileira de Veículos Antigos (FBVA), e apoio da Kia, Liqui Moly, Roue, Brunelli, Unif, High Clean, Universo Marx e Iguatemi São Paulo.

Missão vai a NY com carteira de projetos de R\$ 180 bi para investidores

Em 4 meses, Polícia Militar detém 42 mil pessoas e apreende 45 toneladas de droga

A Polícia Militar deteve em todo o Estado de São Paulo 42 mil pessoas nos quatro primeiros meses do ano. As prisões são resultado do empenho contínuo das forças militares para combater a criminalidade. No período, ainda foram apreendidas 45 toneladas de drogas.

Para aumentar a sensação de segurança e garantir a efetividade das ações, o policiamento foi reforçado em todo

território paulista. Ao todo, 17 mil policiais militares estão diariamente nas ruas.

Como resultado do fortalecimento do efetivo, além das prisões e das apreensões de drogas, os policiais ainda recuperaram 14 mil veículos com queixa de roubo e furto. Também foram recolhidas 2,1 mil armas.

Ao todo, de janeiro a abril, mais de 7 milhões de chamadas 190 foram atendidas pela corporação.

O Governo de São Paulo embarcou na terça-feira (9) em missão a Nova York para apresentar a carteira estadual de projetos, projetada em R\$ 180 bilhões de investimentos privados em concessões, privatizações e PPPs (Parcerias Público-Privadas). A delegação paulista será liderada pelo governador Tarcísio de Freitas e cumpre uma série de reuniões e agendas bilaterais nos Estados Unidos com bancos e fundos investimento entre quarta (10) e sexta (12).

“Vamos a Nova York apresentar o nosso programa de parcerias em investimentos, mostrar aos principais investidores o portfólio que nós temos e que deve mobilizar R\$ 180 bilhões de capital privado para o estado de São Paulo nos próximos anos. Basicamente, teremos uma série de reuniões com importantes fundos de investimentos, além de participar de alguns eventos com bancos. Reforçarmos a posição

de São Paulo e sermos mais incisivos na atração de investimentos privados, que é o que vai gerar emprego para o povo paulista”, destaca o governador.

A delegação do Governo de São Paulo nos EUA também terá a participação do secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, e da secretária de Comunicação, Lais Vita, além de Rui Gomes, presidente da InvestSP, agência de promoção de investimentos do estado. Esta será a terceira missão internacional da atual administração — as anteriores ocorreram em janeiro, no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e em março, com passagens por Reino Unido, Espanha e França.

No primeiro dia de compromissos em Nova York, o governador será palestrante em uma conferência promovida pelo Itaú BBA com investidores e executivos-chefes de grupos empresariais da América Latina. Logo

depois, Tarcísio participa de um almoço com diretores do Bank of America, segundo maior grupo bancário dos EUA. Durante a tarde, o governador fará reuniões em série com representantes de alguns dos mais importantes grupos de investimento do mercado global, como o norte-americano Blackrock, o asiático CIG (fundo soberano de Cingapura) e o Pátria Investimentos.

Na quinta (11), o governador fará uma apresentação no evento GRI Latam Infra & Energy 2023, conferência anual que reúne líderes mundiais dos setores de infraestrutura e energia. Depois, Tarcísio almoça com executivos do Goldman Sachs, um dos grupos mais tradicionais do mundo no setor bancário e de investimentos, e se reúne com representantes dos fundos de investimentos Macquarie, com sede na Austrália, e o norte-americano GQG.

Na sexta (12), na programação da missão paulista nos EUA está um encontro entre Tarcísio e o governador da Flórida, Ron DeSantis. O objetivo do governador paulista é conhecer as políticas bem-sucedidas da Flórida de substituição tributária como incentivo a investimentos industriais e incubação de startups, entre outras.

Para destravar grandes oportunidades de negócios e alavancar a economia de São Paulo, o Governo do Estado conta com uma carteira de R\$ 180 bilhões do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP). São projetos com estudos em andamento para avaliar a viabilidade de concessões, privatizações e PPPs.

A lista inclui empreendimentos nas áreas de educação, desenvolvimento urbano e habitação, loterias, transporte rodoviário intermunicipal e aquaviário, rodovias, recursos hídricos e infraestrutura rodoviária.

Governo oferta R\$ 2 bilhões em crédito durante Congresso Estadual de Municípios

O Governo de São Paulo disponibilizou na terça-feira (9) R\$ 2 bilhões em linhas de crédito para desenvolvimento de projetos de prefeituras e autarquias municipais de todo o estado. O governador Tarcísio de Freitas falou sobre o trabalho conjunto entre o Estado e as gestões municipais para alavancar o desenvolvimento de todo o território paulista na abertura do 65º Congresso Estadual de Municípios, em um centro de eventos em Ribeirão Preto.

“É uma alegria grande estar aqui neste fórum que reúne prefeitos e vereadores, onde a gente reúne a esperança e a vivência política. Com certeza, o resultado do Congresso Estadual de Municípios será extremamente positivo e proveitoso”, afirmou o governador. “Os gestores municipais vão poder contar sempre com o Governo do Estado e sempre terão portas abertas no Palácio dos Bandeirantes. Eu e nossos secretários estamos prontos para atendê-los da melhor forma possível para, juntos, fazer a diferença”, reforçou Tarcísio.

O governador participou do evento com o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, os secretários de Estado Gilberto Kassab (Governo e Relações

Institucionais), Eleuses Paiva (Saúde), Fábio Prieto (Justiça e Cidadania), Roberto de Lucena (Turismo e Viagens), Marcos da Costa (Direitos da Pessoa com Deficiência) e Lais Vita (Comunicação), a Procuradora-Geral do Estado, Inês Coimbra, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, André do Prado, e o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ricardo Anafe, além de outras autoridades da administração estadual, Judiciário, Ministério Público e parlamentares paulistas. Tarcísio foi recepcionado pelo presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Fred Guidoni, e o prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira.

Os recursos estaduais são oferecidos pela Desenvolve SP, agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. São três linhas de crédito que envolvem projetos ligados a Cidades Inteligentes – desenvolvimento urbano e transformação digital sustentáveis, infraestrutura, saneamento, eficiência energética, mobilidade urbana verde e outros itens financiáveis.

A linha Municípios Sustentáveis financia projetos que reduzem emissões de carbono e mitigam o impacto ambiental

em atividades públicas. Os itens financiáveis são equipamentos de eficiência energética e energias renováveis; mobilidade urbana; saneamento; educação, saúde e infraestrutura resiliente. Os financiamentos possuem taxa a partir de 0,25% ao mês mais Selic, prazo de até 120 meses de quitação e carência de até 12 meses.

Nessa modalidade, as cidades paulistas também podem financiar itens de prevenção e mitigação de riscos causados por desastres naturais, como equipamentos especiais e geradores de energia.

Outra linha, a Desenvolve Municípios, é destinada ao financiamento sustentável das cidades com projetos de iluminação pública; usinas de geração de energia; pavimentação e monitoramento de tráfego. As condições de empréstimo preveem taxas a partir de 0,25% ao mês acrescida de Selic, prazo de até 96 meses para pagamento e carência de até 24 meses.

Por fim, a linha de Apoio a Investimentos Municipais financia a infraestrutura de atendimento ao público nas gestões locais na aquisição de veículos, máquinas e equipamentos novos; modernização da administração pública; infraestrutura urbana e

viária. Os empréstimos têm taxa a partir de 0,45% ao mês, acrescida de Selic, com até 72 meses para pagamento e carência de até 12 meses.

Evento

Ao longo desta semana, o Congresso Estadual de Municípios pretende reunir cerca de 4 mil gestores públicos paulistas e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Estado e da União, para discutir novas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico nas cidades e apoio ao empreendedorismo regional. O evento é promovido pela APM.

Ao longo da semana, o apoio do Governo de São Paulo ao municipalismo será contemplado no evento em Ribeirão Preto com participações do vice-governador Felício Ramuth e de vários secretários de Estado. A administração paulista também vai manter estandes para divulgação de projetos e parcerias com as prefeituras nos espaços de exposição e visitação pública. Durante toda a semana, representantes de diversas pastas e empresas do Governo de SP atenderão os gestores municipais em um estande no Congresso.

Prefeitura regulamenta funcionamento de Dark Kitchens na capital

A Prefeitura de São Paulo publicou na terça-feira (09) o Decreto N° 62.365/2023, que regulamenta a Lei n° 17.853/2022, promulgada pelo prefeito Ricardo Nunes em novembro passado. A referida lei trata do funcionamento de estabelecimentos formados por conjunto de cozinhas industriais, as chamadas Dark Kitchens, na capital paulista. Clique aqui para relembra.

Nesta nova publicação, disponível para consulta no Diário Oficial da Cidade, a Administração Municipal define os procedimentos que devem ser obedecidos para instalação ou adequação de empreendimentos formados por conglomerados de cozinhas que comercializem refeições e alimentos por meio de serviço de entregas e sem acesso de público no local para consumo.

O decreto estabelece, por exemplo, o prazo de 90 dias a partir da sua publicação para os estabelecimentos instalados anteriormente à Lei n° 17.853/2022 protocolarem pedido de regularização junto aos órgãos municipais. Cabe à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) o licenciamento da reforma necessária a essa regularização, bem como de novas edificações voltadas a essa atividade, o que não dispensa a necessidade de licença de funcionamento junto à Subprefeitura.

Outro critério definido nesta publicação é referente à distância mínima exigida entre um conjunto de cozinhas e outro. O decreto estabelece que, para aplicação do raio de 300 metros entre empreendimentos estabelecido na Lei, deve

ser considerado o ponto médio da testada (fachada) principal da dark kitchen. Terá preferência o estabelecimento que comprovar ter primeiramente requerido quaisquer dos documentos a seguir: Alvará de Execução de Edificação Nova ou Reforma, Certificado de Conclusão, Certificado de Regularização ou Auto de Licença de Funcionamento.

A área interna do estabelecimento destinada ao estacionamento e acomodação de veículos (motocicletas, bicicletas ou qualquer meio utilizado para entregas) deve respeitar a proporção mínima de uma vaga para cada 12 m² de área de cozinha e será considerada não computável para fins de aprovação de projeto.

O decreto também pontua uma série de procedimentos de fiscalização, como:

Ruído: compete à Divisão de Silêncio Urbano – PSIU, da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), e à Subprefeitura do local em que o estabelecimento for instalado a fiscalização dos parâmetros de incomodidade relacionados à emissão de ruídos.

Calçadas e vias públicas: constata reserva de vagas na via pública ou calçada com a colocação de objetos ou obstáculos, como cones, cavaletes, caixotes ou qualquer outro dispositivo, será aplicada a penalidade correspondente ao desrespeito às disposições do art. 160 da Lei n° 13.478, de 2003, que trata sobre a proibição de expor, lançar ou depositar nos passeios, sarjetas, bocas-de-lobo, canteiros, jardins, áreas e logradouros públicos, quaisquer materiais

e objetos, inclusive cartazes, faixas, placas e assemelhadas. A fiscalização ficará sob a responsabilidade das Subprefeituras e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Carga Poluente: caberá a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente a fiscalização sobre dispersão ambiental da carga poluente, que deverá observar a legislação urbanística competente, em especial o Código de Obras e Edificações (COE), as Normas Técnicas pertinentes e quando couber, as legislações de proteção à paisagem e ao patrimônio cultural.

Licença de funcionamento: competirá à subprefeitura do local onde está instalado o estabelecimento a fiscalização das exigências da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e do Código de Obras e Edificações. Constatada a falta da licença, seja para a atividade principal ou quaisquer das atividades secundárias, deverão ser adotadas as disposições previstas nos artigos 139 a 145 da Lei n° 16.402, de 2016. O desrespeito a quaisquer das condições estabelecidas no artigo 7º da Lei n° 17.853, de 2022, dará ensejo, obedecidos os requisitos legais e regulamentares, à cassação do auto de licença de funcionamento.

Incomodidade causada pelos prestadores de serviços: os estabelecimentos serão responsáveis pela incomodidade que seus prestadores de serviço e funcionários venham a causar a terceiros, ainda que em área externa às suas dependências, como passeio e vias públicas.

Descarga de gases de exaustão: a descarga de gases de exaustão deverá ser feita a uma altura de cinco metros em relação ao topo das construções do entorno ou adotar solução alternativa, cuja efetividade seja comprovada. A dispersão ambiental de carga poluente deverá ser atestada por profissional habilitado.

Estacionamento para motos e bicicletas: será obrigatória a previsão de área interna ao estabelecimento para o estacionamento e acomodação de motocicletas, bicicletas ou qualquer meio utilizado para entregas, observada a proporção mínima de uma vaga para cada 12 m² de área de cozinha.

Sanitários: é obrigatória a existência de sanitários para os prestadores de serviços.

Abrijo para lixo: será obrigatória a instalação de abrijo compatível com o número de cozinhas para o lixo gerado em, pelo menos, dois dias de atividade, em local totalmente independente e sem nenhum contato com a atividade de manipulação de alimentos. A lei também exige espaço para carga e descarga.

Bombeiro civil: é obrigatória a instalação de posto de bombeiro profissional civil para empreendimentos acima de 1.000 m².

Calçadas: não poderão ser utilizadas para o funcionamento das atividades.

Uso da via pública: não poderão ser reservadas vagas de estacionamento na via pública para a atividade, seja para carga, descarga ou para acomodação de motocicletas e bicicletas ou quaisquer outros veículos automotores.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA

Ontem, no evento dos 90 anos da Associação Paulista de Imprensa, que foi homenageada pela vereadora Edir Sales (PSD), ela foi homenageada pelo rabino Sany Sonnenreich (CEO do Instituto Rav Sany), que comandou homenagens pro ...

(São Paulo)

... cônsul-geral de Israel em São Paulo, Rafael Erdreich, pelos 75 anos do Estado judeu (14 maio 1948). Homenagens também ao judeu - e vice-governador (SP) - Ramuth (PSD do libanês Kassab) e o paulistano prefeito Nunes (MDB do Temer) ...

PREFEITURA (São Paulo)

Ainda na pegada dos 2 anos de mandato, completados em 6 maio 2023, Ricardo Nunes (MDB) comemora pesquisa da empresa Paraná, na qual o eleitorado de cerca de 53% aprova sua gestão, após o falecimento do Bruno Covas (PSDB)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Resultado da pesquisa da empresa Paraná, após 4 meses de gestão do Tarcísio Freitas (Republicanos), dá conte de que cerca de 65% do eleitorado da capital aprova o governador. Se ele apoiar o prefeito Nunes (MDB), poderá virar reeleição

CONGRESSO (Brasil)

A direção da empresa Telegran (rede social de troca de mensagens) tá atacando o projeto de lei (fake news) 2630, chamando de projeto pra “acabar com a liberdade de expressão” dos brasileiros. Vai tomar retaliação judicial, com trollha e tudo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cada vez mais irritado, com a falta de articulação deputado federal e ministro Padilha (PT - SP), além do próprio vice e ministro Alckmin (PSB) - com senadores e deputados federais, Lula entra no campo do jogo, ainda no 1º tempo. Poderá perder

JUSTIÇAS (Brasil)

Deputado federal (União - SP) Kim, tá dizendo que “poderá ser candidato à prefeitura (São Paulo) caso o MBL consiga fundar seu partido em 2024. Acontece que é impossível realizar tal milagre em tão pouco tempo. Ele quer ser vice de quem ?

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por ter se tornado uma referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda

Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060

Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Definição da taxa de juros requer paciência e serenidade, afirma Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) afirmou que a condução da política monetária - de definição dos juros básicos da economia para segurar a inflação - pede "paciência e serenidade". Mais uma vez, o órgão reforçou a possibilidade de aumentar a taxa Selic, "apesar de ser um cenário menos provável".

Para o Copom, a aprovação do arcabouço fiscal pode ajudar no equilíbrio das contas públicas, que impactam nas expectativas de inflação.

"A materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflationário mais benigno através de seu efeito no canal de expectativas, ao reduzir as expectativas de inflação, a incerteza na economia, o prêmio de risco associado aos ativos domésticos e, consequentemente, as projeções do comitê", diz a ata da última reunião do Copom, divulgada na terça-feira (9).

"O comportamento das expectativas é um aspecto fundamental do processo inflacionário, uma vez que serve de guia para a definição de reajustes de preços e salários presentes e futuros. Assim, com a elevação de expectativas, há uma maior elevação de preços no período corrente e o processo inflacionário é alimentado por essas expectativas", explicou o BC.

O encontro do Copom ocorreu na semana passada e, na ocasião, o colegiado manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano, pela sexta vez consecutiva. A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado e é o mais alto desde janeiro de 2017, quando também estava neste patamar.

Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis, em maio de 2021. Com a decisão, o BC espera a convergência da inflação para o redor da meta no ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. Por outro lado, a Selic em alta leva à desaceleração da economia, com o encarecimento do crédito e a redução dos investimentos, e, por isso, a decisão do BC vem sendo criticada pelo governo federal.

"O Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Copom enfatiza que, apesar de ser um cenário menos provável, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", diz a ata.

O Copom também discutiu os impactos da política fiscal (que

cuida da arrecadação e dos gastos públicos) sobre a inflação e avaliou que a apresentação do arcabouço fiscal reduziu a incerteza sobre cenários extremos de crescimento da dívida pública. Por outro lado, enfatizou que não há relação mecânica entre a convergência de inflação e a aprovação do texto, pois a trajetória inflacionária reage às expectativas de inflação, às projeções da dívida pública e aos preços de ativos.

"O comitê avalia que a probabilidade de os cenários mais extremos de trajetória da dívida pública se reduziu, mas notou também que não houve mudança relevante nas projeções de inflação uma vez que as expectativas não se alteraram de forma significativa", diz a ata.

Para o órgão, o cenário básico para a inflação envolve fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta, além da incerteza sobre o desenho final do arcabouço fiscal a ser aprovado no Congresso, está uma maior persistência das pressões inflacionárias globais e uma desancoragem maior, ou mais duradoura, das expectativas de inflação para prazos mais longos.

Entre os riscos de baixa, o Copom destaca a queda adicional dos preços das commodities (produtos primários, com cotação internacional) em moeda local; desaceleração da atividade econômica global mais acentua-

da do que a projetada em particular em função de condições adversas no sistema financeiro global; e desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

"Por um lado, a reoneração dos combustíveis e, principalmente, a apresentação de uma proposta de arcabouço fiscal reduziram parte da incerteza advinda da política fiscal. Por outro lado, a conjuntura, caracterizada por um estágio em que o processo desinflationário tende a ser mais lento em ambiente de expectativas de inflação desancoradas, demanda maior atenção na condução da política monetária", diz a ata.

O Copom informou que o ambiente internacional se mantém adverso, com bancos nos Estados Unidos e na Europa com problemas e com a inflação persistente na maioria dos países. "Os episódios envolvendo bancos no exterior têm elevado a incerteza, mas com contágio limitado sobre as condições financeiras até o momento, requerendo contínuo monitoramento", diz a ata. "A sinalização majoritária entre as autoridades monetárias é de um período prolongado de juros elevados para combater as pressões inflacionárias, o que requer maior cautela na condução das políticas econômicas também por parte de países emergentes",

acrescentou o BC.

No âmbito doméstico, a desaceleração gradual da economia continua, como esperado, e a expectativa de inflação se mantém acima do teto da meta. Também se observa uma desaceleração no mercado de crédito em algumas modalidades. Já o mercado de trabalho, "que surpreendeu positivamente ao longo de 2022", tem se mantido resistente, com aumento líquido nos postos de trabalho e relativa estabilidade na taxa de desemprego.

"Os dados de atividade no Brasil indicam um ritmo de crescimento moderado na margem, com destaque para a sustentação dada pelo consumo, do ponto de vista da demanda, e pelo setor agropecuário, no lado da oferta. O Copom antecipa um crescimento mais vigoroso na divulgação do PIB [Produto Interno Bruto - soma dos bens e serviços] referente ao primeiro trimestre do ano, especialmente em função da produção agrícola, seguida por moderação da atividade econômica em ambiente marcado por resiliência no mercado de trabalho", diz a ata.

O BC destaca que inflação ao consumidor continua elevada. "Com relação à inflação de serviços e aos núcleos, medida que busca captar a tendência dos preços, desconsiderando efeitos de choques temporários de inflação, observa-se maior resiliência e menor velocidade da desinflação nas últimas divulgações, em linha com o processo não linear que o comitê já antecipava. Além disso, as expectativas de inflação seguem desancoradas, em parte relacionado ao questionamento sobre uma possível alteração das metas de inflação futuras", explica o documento.

A possibilidade de mudanças nas metas de inflação, para forçar a redução de juros, chegou a ser tema de reunião, no início do ano, entre os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), que define as metas.

Em declarações posteriores, eles afirmaram que a mudança na meta de inflação não está na pauta do CMN. Segundo Campos Neto, mesmo não tendo cumprido por algumas vezes as metas de inflação, o Brasil segue caminho similar ao de outros países, mantendo-se "a maior parte do tempo dentro da banda". O país registrou, segundo ele, "sete estou-

ros em 24 anos".

Definida pelo CMN, a meta de inflação é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior, 4,75%.

As projeções de inflação do Copom são de 5,8% para 2023 e 3,6% para 2024.

As projeções para a inflação de preços administrados (como energia elétrica, gasolina, gás e transporte público) são de 10,8% para 2023 e 5,2% para 2024. O Copom adotou a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2023 e 2024, além de taxa de câmbio partindo de R\$ 5,05 e preço do petróleo seguindo a curva de alta pelos próximos seis meses e aumentando 2% ao ano posteriormente para fazer essas projeções.

A estimativa do BC para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista - 3%, mas ainda dentro dos intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro: 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Para abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - prévia da inflação oficial - ficou em 0,57%. A taxa é inferior na comparação com as de março de 2023 (0,69%) e de abril de 2022 (1,73%). O IPCA de abril será divulgado pelo IBGE na próxima sexta-feira (12).

O comitê avalia que a dinâmica da desinflação segue em dois estágios distintos: o primeiro, já encerrado e com velocidade de desinflação maior, teve maior efeito sobre preços administrados e efeito indireto nos preços livres; o segundo, com menor velocidade, responde mais à demanda agregada e à política de juros.

"Os dados inflacionários mais recentes corroboram a visão de um processo de desinflação mais lento, em linha com a visão de uma inflação movida por excessos de demanda, em particular no segmento de serviços", diz a ata. (Agência Brasil)

Camex zera imposto de importação para 628 máquinas industriais

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior decidiu zerar, até 31 de dezembro de 2025, o imposto de importação de 628 máquinas e equipamentos. Cerca de 80% dos bens não são produzidos no Brasil.

De acordo com a Camex, a redução tarifária irá possibilitar que empresas importem bens avaliados em mais de US\$ 800 milhões. Dos 40 setores da economia a serem beneficiados, estão metalurgia, eletricidades e gás, automóveis, celulose e papel.

A maioria dos produtos é proveniente dos Estados Unidos, da

China, da Alemanha e da Itália.

Dos 628 equipamentos que terão imposto de importação zerado, 564 são industriais com fabricação no exterior e 64 de informática e telecomunicações.

Cápsulas de gelatina e concentrado de proteína

O comitê aprovou ainda medida antidumping para cápsulas de gelatina usadas na ingestão de remédios e suplementos. Desta forma, o insumo, que é importado do México e dos Estados Unidos, passará a ser sobretaxado para evitar prejuízo à indústria nacional.

"Após uma investigação rea-

lizada pelas autoridades brasileiras do Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC, foi verificada existência de dumping, considerada uma prática desleal de comércio", aponta nota da Camex.

A medida terá duração de cinco anos para o insumo, comumente usado em farmácias de manipulação, suplementos alimentares e produtos veterinários.

Em relação à concentrados de proteínas, o Gecex excluiu o produto da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec), depois de verifi-

car-se a capacidade de produção no país.

"Segundo a Camex, a inclusão deste produto na Letec com alíquota de 0% causou prejuízos à indústria doméstica e, por isso, agora retorna para a tarifa consolidada no Mercosul (11,2%). Isso permitirá ao setor produtivo concorrer em maior igualdade de condições de preço e continuar investindo no aumento da capacidade produtiva e geração de emprego e renda no país".

Os concentrados estão presentes em proteínas de soja, consumidas por esportistas. (Agência Brasil)

Inflação para famílias de baixa renda é maior no Norte e Nordeste

O Índice de Preços ao Consumidor regional (IPC-Regional), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou taxas de inflação mais elevadas para os consumidores de renda mais baixa, até 1,5 salário mínimo nas regiões Norte e Nordeste. No Norte, a taxa acumulada em 12 meses, até março deste ano, ficou em 4,70%.

Essa também foi a única região onde a inflação para aqueles com renda mais baixa superou a alta de preços para aqueles com renda mais alta (ou seja, com renda maior que 11,5 salários mínimos), os quais tiveram inflação de 4,14%.

No Nordeste, a inflação da renda baixa ficou em 4,57%,

pouco abaixo dos 4,70% da alta renda. Ainda assim a alta de preços daqueles com renda mais baixa no Nordeste ficou acima das taxas observadas para a baixa renda no Sudeste (3,03%), Sul (3,12%) e Centro-Oeste (2,24%).

Nessas regiões, a alta renda teve as seguintes taxas: Sudeste (4,05%), Sul (4,41%) e Centro-Oeste (3,23%).

A pesquisa, que foi divulgada pela primeira vez na terça-feira (9), pela FGV, traz os produtos que mais contribuíram para a inflação da baixa e da alta rendas, no período acumulado de janeiro de 2020 a março deste ano.

Segundo a FGV, no Nordes-

te, os produtos que mais puxaram a alta de preços nesse período de três anos e três meses, foram o gás de botijão, tarifa de eletricidade residencial, pão francês e aluguel residencial. Também apareceram na lista outros itens de alimentação, como frango inteiro, arroz, cebola e tomate.

Para a renda alta, os itens que mais pesaram são automóvel novo, gasolina, passagem aérea e plano de saúde. "É bem diferente com a inflação dos últimos três anos afetou famílias ricas e pobres no Nordeste", afirma o coordenador de índices de preços da FGV, André Braz.

No Norte, a inflação de baixa renda foi mais impactada pe-

las altas do gás de botijão, frango inteiro, eletricidade residencial e farinha de mandioca. Também aparecem itens alimentícios como polpa de fruta, carne moída, sanduíches e pão francês. Já a alta renda teve mais impacto do automóvel novo, material para reparos de residência e licenciamento de IPVA.

Nas demais regiões, alimentos também apareceram como destaques para a renda mais baixa, assim itens como gás de botijão, energia elétrica e aluguel. Já entre os mais ricos, são itens comuns entre as regiões, itens como automóvel novo, plano de saúde, gasolina, comida fora de casa e IPVA. (Agência Brasil)

Produção de caças Gripen fortalece indústria nacional, diz José Múcio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na terça-feira (9), da inauguração da linha de produção da aeronave Gripen, na fábrica da Embraer, na cidade de Gavião Peixoto, interior de São Paulo. O ato é resultado do contrato da empresa sueca Saab com a Força Aérea Brasileira (FAB), que prevê a entrega de 36 caças Gripen até 2027, além da transferência de tecnologia para o Brasil.

Para o ministro da Defesa, José Múcio, a parceria fortalece a indústria nacional e eleva o Brasil a patamares "cada vez mais amplos" no desenvolvimento tecnológico para defesa nacional. "A transferência de tecnologia e a capacidade de produ-

ção da aeronave em Gavião Peixoto nos permitem a autossuficiência em delicadas fases do processo produtivo", disse, durante cerimônia ao lado do presidente Lula.

Das 36 aeronaves previstas em contrato, 13 caças serão fabricados na Suécia. Oito terão a produção iniciada na Suécia e concluída no Brasil e 15 serão fabricados integralmente na unidade da Embraer. Para isso, engenheiros e técnicos brasileiros passaram por treinamento na sede da Saab, em Linköping, na Suécia.

Atualmente, quatro dos aviões já estão operacionais na Base Aérea de Anápolis (GO) e outros dois chegaram ao país na última sexta-feira (5).

Com a parceria, a fábrica da Embraer passa a contar com o ecossistema completo para os caças nas fases de desenvolvimento, testes e, agora, produção. Na unidade estão em funcionamento também o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen e o Centro de Ensaios em Voo.

O caça F-39 Gripen foi escolhido pelo programa FX-2, da FAB, numa concorrência concluída na gestão da presidenta Dilma Rousseff, em 2013, destinada à substituição da frota de aviões de caça da Aeronáutica. Para o ministro Múcio, o contrato para o desenvolvimento e a produção das aeronaves Gripen traz "novos horizontes na capacidade de prover a defesa aérea

compatível com dimensões continentais desse país".

"Muito mais do que uma evolução nos meios de defesa aérea, o advento do caça Gripen permite ao país um aumento significativo de sua capacidade operativa, de aquisição de alvos, de eficiência, podendo atuar ao longo alcance em conjunto com outras estrelas da Embraer, o KC-390, por meio da capacidade de reabastecimento em voo", explicou.

O Programa Gripen integra ações voltadas para a renovação da infraestrutura das Forças Armadas, processo que também conta com os projetos do submarino nuclear brasileiro e do blindado Guarani. (Agência Brasil)

Mais da metade dos brasileiros pretende presentear as mães

Levantamento da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) mostra que 51,8% dos brasileiros pretendem comprar presentes para o Dia das Mães, celebrado no próximo dia 13 de maio. No mesmo período de 2022, 50% dos consumidores admitiram que iam às compras. O levantamento, com base em 1.663 entrevistados em âmbito nacional, mostra também que 30,2% não têm a intenção de fazer compras no período, enquanto outros 18% não sabem.

Segundo os dados, do grupo de entrevistados que planejam presentear suas mães, 41,2% pretendem gastar mais do que em 2022, com a grande maioria dos que pretendem gastar, 78,8%, dizendo que devem desembolsar entre R\$ 50 e R\$ 300. Enquanto 30% de menor do que em 2022, índice menor do que em 2022.

A maioria das compras deve ser feita em pequenos estabelecimentos e comércio (46,2%). Já a maioria pretende adquirir produtos de forma presencial, em lojas físicas (61%). A área de vestuário segue como um dos principais itens para presentear as mães, com 57,7%, percentual menor do que o da pré-pandemia (80%).

A pesquisa também indica que os presentes da área de beleza, além de joias e bijuterias, continuam sendo lembrados para as mães, e perfumem cerca de 61,5% das intenções de

compras. Houve redução nas áreas de móveis e eletrodomésticos, além dos digitais, que juntos alcançam cerca de 36,2%, ante quase 73% registrados na pesquisa de 2022. Chocolates são mencionados por 15,7% das preferências.

O levantamento indica ainda que há importante diminuição da disposição a comprar de forma parcelada, em relação às intenções de 2022. Mas para a maioria dos itens continua observando-se a preferência pela utilização de dinheiro em espécie e cartões de débito, se comparado à modalidade PIX como forma de pagamento à vista.

"Essa importante mudança poderia estar associada ao retorno das atividades presenciais, reduzindo a prática do home office e a permanência no lar, e também poderia indicar a menor disposição a comprar itens mais caros, dado o menor crescimento da renda e o encarecimento do crédito. A baixa intenção de aquisição de viagens, por exemplo, também poderia estar associada à piora das condições financeiras enfrentada pelas famílias. Essa diminuição da intenção de parcelamento das compras poderia estar associada aos maiores juros, menores prazos de financiamento e menor disponibilidade de crédito para o consumo", explica o economista da ACSP Ulisses Ruiz de Gamba. (Agência Brasil)



EDITAL DE CONVOCAÇÃO INSTITUTO QTAL
Aos Membros do Instituto
Edital de Convocação de Assembleia Geral
 Ficam convocados todos os membros do "Instituto Qtal", para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de maio de 2023 às 08:30 horas em primeira chamada e às 09:00 horas em segunda e última chamada na Rua Jorge Bonf n.º 124, Sala 3 – Vila Maria Alta – São Paulo / SP, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Prestação de Contas do exercício 2022; **2)** Eleição e Posse da Presidente, Vice-Presidente, Diretor Executivo e Membros do Conselho Fiscal; **3)** Deliberação da mudança do endereço da sede do Instituto; **4)** Assuntos Gerais. São Paulo, 21 de Abril de 2023. José Ricardo Firmino – Presidente.

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ/MF nº 47.014.367/0001-28 - NIRE Nº 35300595670 - COMPANHIA FECHADA
CARTA DE RENÚNCIA
 São Paulo/SP, 23 de março de 2023. A **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 Sala 8, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.511-065. **Ref:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **MITSUHIKO OKUBO**, japonês, viúvo, do comércio, portador da Cédula de Identidade RG nº. V165709-B/RNE e inscrito no CPF/MF sob o nº. 011.917.906-73, com endereço profissional na Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, 23º andar, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01.310-923, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2021 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **MITSUHIKO OKUBO**. Ciente em: 23/03/2023. **FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, Francisco Pierrini - Diretor Presidente. JUCESP nº 170.717/23-9 em 03.05.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.
 (Companhia Aberta)
 CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de maio de 2023, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, 2º, inciso I e artigo 28, §§2º a 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGE"): 1. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração dos artigos 5º, *caput*; 6º, *caput*; 4º, *caput*; 49, §§ 4º e 6º; e 53, alíneas (a) e (b), nos termos descritos na Proposta da Administração; e 2. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via Plataforma Digital para participar e votar na Assembleia. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) **se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) **se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) **se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverão acessar o site da Companhia, no endereço <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/#/219500E09ECA01>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de maio de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio de e-mail utilizado para o cadastro. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Torre, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06806-400 e em nossos websites da Companhia (<https://ri.sequioalog.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.
 Embu das Artes-SP, 6 de maio de 2023
GREGORY LOUIS REIDER
 Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1072452-84.2014.8.26.010** (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Juliana Dias Almeida de Filippini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) Jussara Vinhati Guidone, réus ausentes, incontinentes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Maria Aparecida Alves de Sousa e Aníbal José de Sousa ajuizaram ação de usucapião declarando de domínio sobre imóvel situado na Rua General Piragibe, nº92, Ibirapuera, CEP 05240-050, São Paulo-SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, exped-se o presente edital para citação dos supramencionados para comparetarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [9.10]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1130544-89.2019.8.26.0100** (U-1) A Dra. Juliana Forster Fullano, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Amália Ferreira de Alencar, Maria Castellina dos Santos, Alvaro Elias de Silva, Vera Lúcia de Alencar, Donizete Ferreira Carlos, Maria Nadir Bressou, Osmarina Lucia Mendes, Oraci Califani, Antonio Arrais de Meireles, Celina Alencar Dalacqua, Francisca Lúcia Carlos, Maria José dos Passos Arrais, Osmar Luiz de Alencar Filho, Lucília Mendes de Alencar, Flomera Meireles de Alencar, Maria Lúcia de Alencar, Luiz Antonio Dalacqua, Maria Natália de Meireles, Luiz da Silva de Alencar, Francisca Lúcia Califani, Francisco Meireles da Silva, Antonio Nogueira Sobrinho, Isaac Mendes de Alencar, Antônio Lima dos Passos e sim Aparecida Salete dos Passos e Benedito Lima dos Passos e sim Jaci Gomes dos Passos, réus ausentes, incontinentes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, herdeiros e/ou sucessores, que Braga Participações Ltda. ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Avenida Berilo Guelli, nº 1555, Jardim Alim Alegre, São Paulo - SP, com área de 1922,40 m², contituente nº 249.020.001-1 (área maior), alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, exped-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias úteis, comparetarem em audiência, sob pena de ser considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [9.10]

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
 Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL APARTAMENTO Nº21, A RUA GENEVE, NºS 122, 144 E 180, RESIDENCIAL SAO JUDAS III, EDIFÍCIO PARIS, LAUZANNE PAULISTA, EM SAO PAULO, SP, CEP: 02440-080**
 1º leilão 19/05/2023 às 11:00 horas
 2º leilão 12/06/2023 às 11:00 horas
 Local AGENCIA DA CAIXA - RUA CORIOLANO, 833, VILA ROMANA, SAO PAULO, SP
 Credor Hipotecário EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários: **FRANCIELIA GOMES DA SILVA OCON, CPF 011.486.328-83, ZEFERINO OCON, CPF 012.800.878-46**
 2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
 Informações tel. (11) 93285-4559, ou RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212
 ARY ANDRE NETO
 Leiloeiro Oficial
 SED:B52425
 10 - 11 - 12/05/2023

EDITAL DE PRIMEIRO PUBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SÃO PAULO/SP
 Data do leilão: 30/05/2023 - A partir das: 11:00 as 11:15 horas
 Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 na RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDUO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eim, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.
 A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oitos) dias, sob pena de perda do sinal dado.
 Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.
 É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.
 As despesas relativas à comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
 O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.
 Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

**SED: 1354 - Contrato: 90244926787 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI- CHP DEVEDOR(ES): CLAUDIO WINTER, BRASILEIRO, ANALISTA DE SISTEMA, RG Nº 14.124.516-SP, CPF: 025.442.848-70, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver e CASSIO LUIZ MACHADO DE CAMPOS, BRASILEIRO, SEPARADO CONSENSUALMENTE, SUPERVISOR DE PRODUÇÃO, RG Nº 8.983.573-SP, CPF: 011.905.898-77. Imóvel sito à: RUA ROQUE DE MORAIS, Nº 271, APARTAMENTO Nº 22, LOCALIZADO NO 2º ANDAR DO BLOCO D-1, EDIFÍCIO URUGUAI, CONJUNTO RESIDENCIAL DAS AMERICAS, NO 44º SUBDISTRITO LIMÃO, SÃO PAULO/SP. Contendo a área privativa de 60,8450ms2, a área comum de 37,9438ms2, perfazendo a área total construída de 98,7888ms2, correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 0,4032%, cabendo a essa unidade 1/248 avos dessa fração ideal, correspondente a uma vaga para estacionamento de automóvel de passeio, em lugar indeterminado, na unidade autônoma "garagem", localizada no sub-solo do Edifício. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITÓRIAS, PERTENCENÇAS, ACESSÓRIOS E GARAGEM SE HOUVER.
 SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 552.050,35
 VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 260.000,00
 São Paulo, 10 de maio de 2023
 HELIO JOSE ABDUO - JUCESP 603.
 Leiloeiro Público Oficial
 10/05, 19/05 e 30/05/2023**

Virgo Companhia de Securitização
 CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização
 Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 379ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização com emissão na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Títulos dos CRI", "Emissão", e "Emissão" respectivamente), a **Olveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar; sala 132 (parte), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar; sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em **31 de maio de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme o Edital de Convocação nº 2023 ("Resolução CVM 67"), no teor deste edital, a fim de, conforme termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: (a) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item 1º da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e (b) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberação do item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos Títulos dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para af@assembleias@olveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, mediante e-mail para o endereço de e-mail acima, ou pessoalmente, mediante apresentação física, cópia de atos constitutivos e documentação comprovar a representação do Titular; (c) qualificar o representante por meio de procuração, produção com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 09 de maio de 2023. **Virgo Companhia de Securitização**

2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES - FORO REGIONAL I - SANTANA - COMARCA DE SÃO PAULO - Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594 - 1º andar - salas 114 / 115 - Casa Verde - CEP 02546-000 - Ione: (11) 3489.4269 - E-mail: santana2fiam@tisp.jus.br - **EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**, expedido nos autos de INTERDIÇÃO de **GUILHERME TORRES FERNANDES**, requerido por **MARCELO SANCHES FERNANDES e OUTRO** - Processo nº **1027764-43.2020.8.26.0001** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, (Dr(a). **DAVID CAPELATO**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por **SENTENÇA** proferida em 08 de março de 2022, foi **DECRETADA a INTERDIÇÃO de GUILHERME TORRES FERNANDES**, CPF nº 489.495.348-00, declarando-o relativamente incapaz de exercer todos os atos de natureza negociada da vida civil, e nomeados **CURADORES**, em **CARÁTER DEFINITIVO**, seus genitores, **Srs. MARCELO SANCHES FERNANDES e ROSEMEIRE TORRES FERNANDES**, RGs. 20.962.603-1 e 11.022.419 - SSP/SP. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalos de dez dias e afixado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Paulo, aos 02 de maio de 2023.

BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A.
 CNPJ nº 08.204.974/0001-07 - NIRE 35.300.333.225
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023
I - DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 de abril de 2023, às 11:00 horas, na sede social da BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A., localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, 4º andar, salas 43A e 44A, Torre C, Ed. Landmark, Brooklin Paulista, CEP 04578-000 ("Companhia"). **II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e **PRESENÇA:** Estiveram presentes, em caráter definitivo, extraordinária em primeira convocação, reunindo-se a totalidade dos acionistas, representantes da totalidade do capital social da Companhia, **IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Foi designada para presidir a reunião a Sra. **Juliana Vargas Costa Giordano**, que convidou a Sra. **Renata de Oliveira Zagatti** para secretar os trabalhos. **V - ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (a) a redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação ao objeto social da Companhia; (b) a reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **VI - DELIBERAÇÕES:** Declarada aberta a sessão, após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos, sem qualquer restrição ou ressalvas, deliberaram o seguinte: **A) Redução de capital social por jugo legal:** Artigo 11. Os acionistas, por unanimidade de votos, aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de **R\$ 276.000.000,00** (duzentos e setenta e seis milhões de reais), por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos dos arts. 173 e 174 da Lei nº 6.404/76, mediante restituição de capital a todos os acionistas, em moeda nacional corrente, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, não havendo o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. **A.2)** Fica consignado que o capital social da Companhia, atualmente em R\$ 3.808.961.944,00 (três bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e sessenta e sete reais), após a redução de capital, será reduzido para R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e quatro reais e quatro reais). **A.3)** A redução de capital e o pagamento da restituição aos acionistas, somente serão realizados após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (i) publicação do extrato desta ata de Assembleia Geral Extraordinária; e (ii) o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do extrato da ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, §2º, da Lei nº 6.404/76. **B) FISCALIZAÇÃO:** Artigo 18. O Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e quatro reais e quatro reais) dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, todas com direitos idênticos**". **B.2)** Fica a administração da Companhia autorizada a promover a alteração do Estatuto Social da Companhia, com a sua consolidação e registro da versão consolidada da mesma a presente ata, tão logo tenham sido cumpridas as condições constantes do inciso i) do item A.3, e a emissão de qualquer documento necessário para ser tratado, e o Presidente declare suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após ser lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, por mim, Secretária, e pela Presidente. **Assinaturas:** Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente; Renata de Oliveira Zagatti - Secretária. **Acionistas:** A) BP Biofuels Brazil Investments Limited - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano; (b) BP Alternative Energy Investments Limited (nova denominação social da BP Biofuels UK Limited) - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano. A presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. São Paulo, 26 de abril de 2023. **Mesa: Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente, Renata de Oliveira Zagatti - Secretária**
BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A. - CNPJ/MF nº 08.204.974/0001-07 - NIRE 35.300.333.225
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023. Anexo I - Consolidação do Estatuto Social - ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO I - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL: Artigo 1 A BP Biocombustíveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 12.399, 4º andar, salas 43A e 44A, Torre C, Ed. Landmark, Brooklin Paulista, CEP 04578-000, podendo abstrair, transferir e fechar filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade de interesse nacional, sem necessidade de intervenção da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social e nas disposições legais aplicáveis. **Artigo 3** A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de atividades de consultoria em gestão empresarial, e (ii) a participação em associação e/ou em outras sociedades, de qualquer natureza ou tipo, no Brasil ou no exterior. **Artigo 4** A duração da Companhia será por prazo indeterminado. **CAPITULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 O capital social da Companhia é de R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social. **Artigo 6** Cada ação representa uma unidade de participação no patrimônio líquido da Companhia, com o mesmo direito de voto e preferência de subscrição de novas ações. **Artigo 7** O Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 8** A administração da Companhia, com a sua consolidação e registro da versão consolidada da mesma a presente ata, tão logo tenham sido cumpridas as condições constantes do inciso i) do item A.3, e a emissão de qualquer documento necessário para ser tratado, e o Presidente declare suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após ser lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, por mim, Secretária, e pela Presidente. **Assinaturas:** Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente; Renata de Oliveira Zagatti - Secretária. **Acionistas:** A) BP Biofuels Brazil Investments Limited - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano; (b) BP Alternative Energy Investments Limited (nova denominação social da BP Biofuels UK Limited) - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano. A presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. São Paulo, 26 de abril de 2023. **Mesa: Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente, Renata de Oliveira Zagatti - Secretária**
BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A. - CNPJ/MF nº 08.204.974/0001-07 - NIRE 35.300.333.225
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023. Anexo I - Consolidação do Estatuto Social - ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO II - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO SOCIAL: Artigo 1 A BP Biocombustíveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 12.399, 4º andar, salas 43A e 44A, Torre C, Ed. Landmark, Brooklin Paulista, CEP 04578-000, podendo abstrair, transferir e fechar filiais, agências e escritórios de representação em qualquer localidade de interesse nacional, sem necessidade de intervenção da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social e nas disposições legais aplicáveis. **Artigo 3** A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de atividades de consultoria em gestão empresarial, e (ii) a participação em associação e/ou em outras sociedades, de qualquer natureza ou tipo, no Brasil ou no exterior. **Artigo 4** A duração da Companhia será por prazo indeterminado. **CAPITULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 O capital social da Companhia é de R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social. **Artigo 6** Cada ação representa uma unidade de participação no patrimônio líquido da Companhia, com o mesmo direito de voto e preferência de subscrição de novas ações. **Artigo 7** O Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 8** A administração da Companhia, com a sua consolidação e registro da versão consolidada da mesma a presente ata, tão logo tenham sido cumpridas as condições constantes do inciso i) do item A.3, e a emissão de qualquer documento necessário para ser tratado, e o Presidente declare suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após ser lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, por mim, Secretária, e pela Presidente. **Assinaturas:** Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente; Renata de Oliveira Zagatti - Secretária. **Acionistas:** A) BP Biofuels Brazil Investments Limited - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano; (b) BP Alternative Energy Investments Limited (nova denominação social da BP Biofuels UK Limited) - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano. A presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. São Paulo, 26 de abril de 2023. **Mesa: Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente, Renata de Oliveira Zagatti - Secretária**
BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A. - CNPJ/MF nº 08.204.974/0001-07 - NIRE 35.300.333.225
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023. Anexo I - Consolidação do Estatuto Social - ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO III - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 10. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, sendo a maioria dos membros da Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social e nas disposições legais aplicáveis. **Artigo 11.** Em caso de destituição, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 12.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria, as atribuições do Diretor impedido ou ausente, se for o caso, poderão ser exercidas interinamente por outro Diretor nomeado pelos membros da Diretoria. **Artigo 13.** Cada vez que se verificar a ausência ou impedimento temporário simultâneo da maioria dos membros da Diretoria, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 14.** Em caso de destituição, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 15.** Em caso de destituição, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 16.** Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que seguirem sua eleição, e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 17.** Os Diretores estão dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. **Artigo 18.** A remuneração global dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral. Competirá à Diretoria deliberar acerca da distribuição da remuneração global dos administradores entre seus membros. **Artigo 19.** Em caso de destituição, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados das demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações contábeis, demonstrações de fluxo de caixa, demonstrações de balanço patrimonial e demonstrações de fluxo de caixa, após transcritas o prazo constante do item A.3, do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para passar a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de **R\$ 3.532.961.944,00 (três bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais), dividido em 10.500 (dez mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas nos termos deste estatuto social**". **Artigo 20.** A administração da Companhia, com a sua consolidação e registro da versão consolidada da mesma a presente ata, tão logo tenham sido cumpridas as condições constantes do inciso i) do item A.3, e a emissão de qualquer documento necessário para ser tratado, e o Presidente declare suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após ser lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, por mim, Secretária, e pela Presidente. **Assinaturas:** Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente; Renata de Oliveira Zagatti - Secretária. **Acionistas:** A) BP Biofuels Brazil Investments Limited - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano; (b) BP Alternative Energy Investments Limited (nova denominação social da BP Biofuels UK Limited) - representada por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano. A presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. São Paulo, 26 de abril de 2023. **Mesa: Juliana Vargas Costa Giordano - Presidente, Renata de Oliveira Zagatti - Secretária**
BP BIOCOMBUSTÍVEIS S.A. - CNPJ/MF nº 08.204.974/0001-07 - NIRE 35.300.333.225
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023. Anexo I - Consolidação do Estatuto Social - ESTATUTO SOCIAL - CAPITULO III - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 10. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, sendo a maioria dos membros

Governo regulamentará Lei Paulo Gustavo na próxima quinta-feira

Tebet antecipa que inflação de abril será menor do que o esperado

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, antecipou que os números da inflação a serem divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) surpreenderão positivamente. O anúncio foi durante audiência pública no Senado Federal.

Logo no início de sua fala, quando detalhava o atual contexto econômico – com números recentes e projeções para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas as riquezas produzidas no país) e para a inflação –, Tebet disse que a perspectiva de crescimento do PIB está em 1,6% este ano, subindo para 2,3% em 2024 e 2,8% em 2025.

“A taxa de inflação continua em trajetória de desaceleração. Nesta quarta-feira (10) teremos uma surpresa, inclusive. Sairá o valor da inflação um pouquinho menor do que o que está na expectativa”, disse a ministra sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril.

Ela lembrou que o país registrou uma inflação de 10% em 2021; e de 5,8% em 2022. “A estimativa oficial é de 5,3% este ano; de 3,5% em 2024 e 3% ao ano a partir de 2025”, acrescentou na audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional, no Senado.

PPA Participativo

A ministra reiterou que o foco de sua pasta está no

“crescimento sustentável com inclusão social”, e que isso será levado em conta nas ações a serem desenvolvidas por meio do Plano Plurianual (PPA), o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do governo federal.

Segundo Tebet, o PPA, que está sendo preparado, “será amplamente participativo, conforme determinação do presidente Lula e de organismos internacionais. Será o PPA mais participativo da história”, disse a ministra ao se referir ao PPA Participativo, iniciativa por meio da qual cidadãos, integrantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil, como sindicatos, associações e organizações não governamentais (ONGs) colaboram para a elaboração do plano.

“E vamos ouvir estados e municípios, porque o planejamento é feito por diversas mãos”, complementou, ao lembrar que o PPA é “o pontapé inicial da LOA, Lei Orçamentária Anual, do ano que vem”.

Na segunda-feira (8), a secretária de Integridade Pública, Izabela Moreira Corrêa, disse que o governo pretende usar ferramentas de participação popular para definição de políticas públicas.

Ela, no entanto, acrescentou que tais iniciativas serão em vão caso a sociedade não contribua para a formulação de propostas. (Agência Brasil)

O governo federal formalizará a regulamentação da chamada Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 2022) na quinta-feira (11). O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aproveitará sua viagem à Bahia para, junto com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, assinar o decreto que regulamenta a lei.

Aprovada pelo Congresso Nacional ainda durante o primeiro semestre do ano passado para apoiar e socorrer os trabalhadores da cultura durante a pandemia da covid-19, a Lei Paulo Gustavo prevê, entre outros pontos, o repasse federal de R\$ 3,862 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para municípios, estados e o Distrito Federal investirem na produção de eventos culturais. A lei foi batizada em homenagem ao ator Paulo Gustavo, que morreu aos 42 anos de idade, em função das complicações da covid-19, em maio de 2021.

Durante sua gestão, em abril de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro vetou a lei complementar. Entre os argumentos utilizados para justificar o veto ao repasse de recursos, está o de que a medida feria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao criar uma despesa prevista no teto de gastos, mas sem a devida compensação, na forma de redução de despesa, para garantir o cumprimento desse limite. Em julho daquele ano, o Congresso Nacional derrubou o veto à lei.

Ao assumir o comando do Poder Executivo federal, a atual

equipe de governo recriou o Ministério da Cultura, que tinha sido extinto logo no início da gestão anterior. A pasta, por sua vez, elencou a regulamentação da Lei Paulo Gustavo como uma de suas prioridades. Para isso, criou, em fevereiro deste ano, um grupo de trabalho composto por representantes das secretarias e entidades vinculadas ao ministério que realizou mais de 90 reuniões para ouvir representantes da sociedade civil e secretários estaduais e municipais de Cultura.

Com a regulamentação da lei, todos os municípios, estados e o Distrito Federal que necessitem de aporte financeiro para a realização de projetos culturais poderão, em breve, solicitar parte dos mais de R\$ 3,8 bilhões que serão distribuídos da seguinte forma: R\$ 2 bilhões para estados e R\$ 1,8 bilhão para os municípios.

“Todas as cidades terão acesso a receber este aporte financeiro”, afirmou a ministra Margareth Menezes ao participar, pela manhã, de audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Durante a audiência pública, Margareth criticou o veto à lei pela gestão passada. “A Lei Paulo Gustavo está sendo executada agora, porque foi travada por duas vezes de ser executada no momento da pandemia, quando mais sofremos, mais perdemos pessoas e postos de trabalho”. A ministra também assegurou que a execução da lei possibilitará ao

ministério começar a implementar o projeto de descentralização dos investimentos públicos na cultura.

“Estamos cumprindo com o apelo pela descentralização da aplicação das leis de fomento. Dando autonomia aos prefeitos e aos secretários municipais”, acrescentou a ministra, revelando que representantes da pasta já vêm discutindo o assunto com secretários estaduais de Cultura e também com representantes de empresas que patrocinam eventos e espetáculos mediante a obtenção de benefícios fiscais.

“Precisamos sensibilizar também as empresas que queremos trazer para esta parceria, nesta ação de fazer esta descentralização – [objeto de] uma crítica grande da sociedade em relação às leis de fomento à cultura”, comentou Margareth, defendendo a importância das políticas públicas de estímulo ao setor criativo. “Estamos falando de um contingente de 7,5 milhões de trabalhadores [...] de um setor que movimentou cerca de R\$ 232 bilhões ao ano, o que corresponde a 3,11% do PIB [Produto Interno Bruto] nacional [...] Precisamos de políticas públicas para estruturar e fazer do setor uma ferramenta de transformação econômica”, complementou Margareth, citando, para efeito comparativo que, segundo dados recentes, os setores de transporte e construção civil respondem por cerca de 3,6% do PIB.

Em nota, o Ministério da

Cultura reafirmou que, do pouco mais de R\$ 3,8 bilhões, cerca de R\$ 2,7 bilhões irão para o setor audiovisual. Os R\$ 1,065 bilhões restantes serão destinados a outros setores e áreas culturais e artísticas, como desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária; financiamento de agentes culturais; iniciativas, cursos, produções ou manifestações culturais; desenvolvimento de espaços artísticos e culturais, de microempreendedores individuais, de microempresas e de pequenas empresas culturais, de cooperativas, de instituições e de organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social determinadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

Em respeito a objetivos como a inclusão e democratização do acesso aos projetos custeados com recursos públicos, os projetos deverão oferecer condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, e a implementação de ações afirmativas, com mecanismos que estimulem a participação de mulheres, pessoas negras e indígenas, comunidades tradicionais, de terreiros e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados. (Agência Brasil)

MJ identifica R\$ 2,4 bi não utilizados em segurança, revela Dino

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informou na terça-feira (9) que a pasta tem R\$ 2,4 bilhões não utilizados no Fundo Nacional de Segurança Pública. Ele disse que o “dinheiro empenhado” segue sem uso em razão de “marcos normativos errados preteritamente editados”.

“Editamos uma portaria que visa a permitir que os estados gastem esse dinheiro. Temos estados que têm mais de R\$ 100 milhões empenhados e não conseguem gastar porque o marco normativo federal era inadequa-

do, era errado, nós corrigimos isso e acreditamos que vamos ter uma execução mais adequada”, acrescentou.

O ministro disse em audiência na Comissão de Segurança Pública do Senado que a pasta apreendeu desde janeiro um total de 114 fuzis e 1.146 pistolas, contra 12 fuzis e 135 pistolas apreendidos ao longo de todo o ano de 2022.

Ele classificou os números como “bastante significativos” e citou que “armas em mãos erradas são o caminho para a perpetração de crimes”.

“Sabemos que tirar armas de quadrilhas e de organizações criminosas é um caminho fundamental para que tenhamos paz social. Teremos, portanto, a continuidade dessa apreensão de armas ilegais”, disse.

Na avaliação do ministro, o maior desafio da pasta, atualmente, é a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), classificado por ele como “obra inconclusa”.

“Iremos ao Acre, a Brasileira, mostrar a necessidade de integração das forças federais, estaduais e municipais no controle de

fronteiras. Esse é um caminho indeclinável, de apoiarmos os estados, apoiarmos os municípios para que, com isso, possamos integrar ações que produzam ótimos resultados”, disse Dino.

A audiência registrou embates entre governo e oposição. Em meio a questionamentos dos senadores Magno Malta (PL-ES), Marcos do Val (Podemos-ES) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o ministro disse que o atual governo não pode responder sobre estatísticas de anos anteriores, apenas pelo que ocorreu de janeiro até agora. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Atualidades do Consumidor - Direito à Saúde

Por Nicholas Maciel Merlone

Caras leitoras, caros leitores, uma ótima quarta-feira! Hoje, trago algumas atualidades do consumidor cidadão, em primeira mão, sobre temas relacionados ao direito à saúde! Vejamos! Notícias da Agência Câmara e do Migalhas.

Agência Câmara de Notícias

% Projeto determina que plano de saúde ofereça o tratamento domiciliar quando houver indicação médica

% Projeto estende regra de reajuste anual a planos coletivos de saúde

% Projeto permite que mães continuem recebendo BPC após a morte de filho com deficiência

% Nova lei institui Semana Nacional de Conscientização sobre Depressão

Site Migalhas

STJ: Plano que não indicou prestador deve fazer reembolso integral

3ª turma considerou que beneficiário faz jus ao reembolso integral das despesas assumidas com o tratamento de saúde que lhe foi prescrito.

A 3ª turma do STJ decidiu que plano de saúde que não indicou prestador da rede credenciada apto a realizar atendimento deve reembolsar integralmente despesas de beneficiário. Para o colegiado, se assim não for, a operadora pode incorrer em infração de natureza assistencial.

STJ: Plano deve cobrir equoterapia a beneficiário com síndrome de Down

Colegiado observou que a terapia não é experimental e é disciplinada em lei.

A 3ª turma do STJ decidiu que operadora de plano de saúde deve cobrir equoterapia a beneficiário com síndrome de Down e com paralisia cerebral. O colegiado tinha precedentes sobre o tema apenas para o autismo, unificando agora o entendimento.

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone /
C o n t a t o :
nicholas.merlone@gmail.com



Governo do PR investe R\$ 29 milhões em novas bolsas de iniciação científica e extensão

O Governo do Estado, por meio da Fundação Araucária e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), lançou nesta semana três chamadas públicas de iniciação científica e extensão universitária que disponibilizarão até 3.470 bolsas. O investimento é de R\$ 29 milhões.

Os Programas de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC e PIBIT), de Apoio à Inclusão Social Pesquisa e Extensão Universitária (PIBIS) e de Extensão Universitária (PIBEX) financiarão bolsas no valor, já reajustado, de R\$ 700 mensais pelo período de até 12 meses. O PIBIC-PIBIT ofertará até 1.870 bolsas, um investimento que pode somar R\$ 15,7 milhões. O PIBIS disponibilizará até 1.100 bolsas, totalizando até R\$ 9,2 milhões, e o PIBEX até 500 bolsas com investimento de até R\$ 4,1 milhões.

“Temos o dever de apoiar as novas gerações de pesquisadores para que, futuramente, fortaleçam ainda mais o já robusto sistema de ciência, tecnologia e inovação que te-

mos no Paraná. Os novos valores de bolsas demonstram também o reconhecimento do Governo do Estado aos estudantes das nossas instituições”, afirmou o presidente da Fundação Araucária, Ramiro Wahrhaftig.

“São chamadas públicas extremamente importantes voltadas à formação inicial de pesquisadores e extensionistas, o que faz grande diferença para o Estado assegurando que o Paraná possa continuar ocupando local de destaque no cenário nacional em termos de produção do conhecimento e de inserção regional das nossas universidades”, ressaltou o secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) Aldo Bona.

Para o presidente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp) e reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Miguel Sanches Neto, a concessão das novas bolsas demonstra o compromisso com a formação de novos pesquisadores. “Este é um compromisso que orgulha o Estado do Paraná e as universidades estada-

ais porque mostra que estamos, enquanto Estado e enquanto Fundação de Apoio à Pesquisa, na dianteira do desenvolvimento socioeconômico e cultural do nosso País”, destacou.

O PIBIC-PIBIT visa incentivar a participação de alunos de graduação no desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação, o que faz grande diferença para o Estado assegurando que o Paraná possa continuar ocupando local de destaque no cenário nacional em termos de produção do conhecimento e de inserção regional das nossas universidades”, ressaltou o secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) Aldo Bona.

Já o PIBIS busca incentivar ações de mobilização e sensibilização das instituições de ciência e tecnologia em políticas de inclusão social para a produção e difusão do conhecimento, facilitando o acesso e permanência de estudantes oriundos de escolas públicas nas instituições que adotam sistema de cotas sociais no vestibular.

São considerados oriundos de escolas públicas os alunos que tenham cursado, no míni-

mo, duas das últimas quatro séries do ensino fundamental e todas as séries do ensino médio em escola pública municipal, estadual ou federal. É possível a exceção de um ano letivo (3º ano do ensino médio) cursado em escola particular, além de não possuírem nenhum curso superior concluído.

Ele tem como objetivo incentivar a formação de recursos humanos para a pesquisa e a extensão universitárias, direcionadas a temas de interesse social. Também visa favorecer o acesso e a integração dos estudantes ingressantes no ensino superior por meio do sistema de cotas sociais à cultura acadêmica.

O Programa de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) tem como meta incentivar a participação de alunos de graduação no desenvolvimento de atividades de extensão universitária por meio da concessão de bolsas a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação das instituições de ensino superior do Paraná para desenvolvimento de atividades vinculadas à extensão universitária. (AENPR)

Lembre sempre de lavar as mãos